

Esforço com resultados frustrantes 273

O esforço concentrado do Congresso termina quinta-feira e, apesar de terem sido aprovados na semana passada o Orçamento da União, o salário mínimo e o Imposto de Renda, o resultado ficará aquém das expectativas. A falta de entendimento político adia para o próximo ano discussões importantes como a Lei da Usura — que regulará o tabelamento dos juros em 12% ao ano —, a Lei de Greve e do Inquilinato. As lideranças partidárias se reúnem amanhã para discutir a pauta de votações, mas dificilmente o Congresso apreciará, ainda este ano, matérias que não sejam apenas regulamentações internas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, onde está incluída a fixação dos salários a partir de janeiro.

No início do esforço concentrado — 22 de novembro — as lideranças partidárias fizeram uma lista de prioridades para as votações onde pelo menos cinco itens mereceram a unanimidade: salário mínimo, Orçamento, Imposto de Renda, Lei de Greve e Lei do Inquilinato, além das questões internas do Legislativo, como regimento interno e fixação dos salários dos deputados e senadores. Os partidos de esquerda incluíam nessa lista a apreciação da Lei da Usura, que permitirá a aplicação do tabelamento dos juros em 12% ao ano. Essa tese foi fortemente combatida pelo líder do PFL, José Lourenço, que assegurava não ser “prioritária essa apreciação”.

Críticas

Coube ao PFL e ao PDS a obstrução da votação do salário mínimo ainda em novembro, o que custou aos parlamentares duras críticas da opinião pública, por terem realizado a primeira sessão do esforço concentrado para legislar em causa própria, aprovando o aumento de sua remuneração para Cz\$ 4 milhões em dezembro. Além disso, o Congresso permitiu que o presidente José Sarney utilizasse mais uma vez uma medida provisória para decretar o salário mínimo de dezembro, fato que serviu de munição para José Lourenço, que insiste na argumentação que o Legislativo não tem “como cumprir todas as prerrogativas que foram dadas pela nova Constituição”.

Depois de conseguir descartar a possibilidade de o novo mínimo entrar em vigor ainda este ano, o PFL decidiu retornar à mesa de negociações. Desta vez o entendimento foi obtido com uma relativa rapidez, já que os partidos progressistas tinham como argumento, para conseguir um aumento médio para o salário mínimo, a urgência do Governo em aprovar a Lei Orçamentária e a reforma da arrecadação do Imposto de Renda. Com isso, o Congresso assegurou ao Planalto a aprovação do Imposto de Renda, praticamente sem alteração, e do Orçamento, com o aumento das verbas destinadas à construção da Ferrovia Norte-Sul — um dos principais objetivos administrativos e políticos de Sarney.